

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025

CONTRATANTE (UASG) 102164 – FEA-RP/USP

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE CONDICIONADORES DE AR DA FEA-RP

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 289.271,23

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 26/05/2025

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

09h00

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço global

MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Link: [//www.gov.br/compras/pt-br](https://www.gov.br/compras/pt-br)



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
6. DA FASE DE JULGAMENTO	12
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	14
8. DOS RECURSOS	17
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	18
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	21
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	21



FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

Processo SEI nº 154.00003603/2025-94

Torna-se público que a Universidade de São Paulo, por meio da **Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto**, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é **prestação de CONTRATAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE CONDICIONADORES DE AR DA FEA-RP** de conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em **ÚNICO ITEM**.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 2.1.1. Os interessados, para efeitos de habilitação prevista na [Instrução Normativa nº 03/2018](#), mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

- 2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.
 - 2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.
 - 2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
 - 2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
 - 2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.
 - 2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
 - 2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante.
 - 2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
 - 2.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.6. Será permitida a participação de:
- 2.6.1. cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 2.6.1.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007.
 - 2.6.2. pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 2.6.2.1. Fica vedada a participação de empresa consorciada, na presente licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do artigo 15, inciso IV, da Lei federal nº 14.133/2021.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

- 2.7. O impedimento de que trata o subitem **2.5.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens **2.5.2** e **2.5.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea.
- 2.11. A vedação de que trata o item **2.5.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **7.1.1** e **7.13.1** deste Edital.
- 3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
 - 3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.
 - 3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#).
 - 3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#).



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

- 3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).
- 3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
- 3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens **3.4** ou **3.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **3.11** possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 4.1.1. **Valor total anual** do item.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.
 - 4.7.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem anterior deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
 - 4.7.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem anterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item anterior.
- 4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário** do item
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 100,00 (cem reais)**.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

- 5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item **5.13**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar no sistema.
- 5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
 - 5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

- 5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.
- 5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.
- 5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.
- 5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.
- 5.21.2.2. empresas brasileiras.
- 5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- 5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido pela Administração.

- 5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 5.22.3. O resultado da negociação, se houver, será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
 - 5.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, observando, inclusive, as disposições do item **6.10.** do edital.
 - 5.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item **2.5** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 6.1.1. SICAF.
 - 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
 - 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
 - 6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
 - 6.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>).
 - 6.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e
 - 6.1.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).
- 6.2. A consulta ao cadastro especificado no subitem **6.1.4.** será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item **3.6** deste edital.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 6.7. Será desclassificada a melhor proposta que:
- 6.7.1. contiver vícios insanáveis.
- 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.
- 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.
- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
- 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta de preços; e
- 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

- 6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
 - 6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
 - 6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
 - 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

- 7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
 - 7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **10%** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste Edital e no termo de Referência, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.
 - 7.5.1. Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico ([§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018](#)).
 - 7.5.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ([§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018](#)).
- 7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

- 7.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser **agendado pelo e-mail: manutencao@fearp.usp.br**, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
- 7.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 7.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 7.11.2. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 7.11.3. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, no caso de centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 7.11.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
- 7.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 7.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 7.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 7.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

- 7.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):
- 7.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 7.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **7.13.1**.
- 7.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.
- 7.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 7.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.
- 8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **não será inferior a 10 (dez) minutos**.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

- 8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico mediante solicitação formal via e-mail: ***materiais@fearp.usp.br***.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Observadas as disposições da [Resolução USP nº 8548/2023](#), que integra este Edital, e cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.leginf.usp.br>, comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa, praticar quaisquer das hipóteses previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021](#), em especial:
- 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame.
- 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.
- 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.
- 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra.
- 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

- 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
- 9.1.5. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
 - 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento.
 - 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
 - 9.1.6.4. apresentar declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, em qualquer momento do certame, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da extinção do instrumento contratual:
 - 9.2.1. Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
 - 9.2.2. Multa calculada em percentual de 2% a 30% sobre o valor respectivo indicado nos artigos 4º, 8º e 9º, da Resolução USP nº 8548/2023, conforme o caso, observadas as demais disposições da mencionada normativa.
 - 9.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e
 - 9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º](#)):
 - 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

- 9.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial, observadas as disposições do art. 26, alínea “b” – [Resolução USP nº 8548/2023](#).
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa ([art. 156, §7º](#)).
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157](#)).
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem **9.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ([art. 156, §9º](#)).



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica pelo e-mail: *materiais@fearp.usp.br*
- 10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 - 10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico *materiais@fearp.usp.br*



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

11.11. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do certame, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

11.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 11.12.1. ANEXO I – Termo de Referência
- 11.12.2. ANEXO II – Memorial Descritivo do Serviço
- 11.12.3. ANEXO III – Proposta Comercial
- 11.12.4. ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato
- 11.12.5. ANEXO VI – Orientações sobre a retenção de imposto de renda
- 11.12.6. ANEXO VII – Termo de Ciência e Notificação

Ribeirão Preto, 07 de maio de 2025

Prof. Dr. Fábio Augusto Reis Gomes
Diretor – FEA-RP / USP



ANEXOS

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

Processo SEI nº 154.00003603/2025-94

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de **serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistemas de condicionadores de ar com fornecimento de peças**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM EQUIPAMENTO CONDICIONADOR DE AR	2801	SERVIÇO	01	289.271,23	289.271,23

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como natureza comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 2023.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de **01 (um) ano** contados do(a) **data de assinatura do contrato** prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos [106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.4.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que indica a **contratação com serviços mensais preventivos e de atendimento em até 01 dia útil para serviços corretivos**, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

o modo de contratação usual para este tipo de serviço de manutenção preventiva/corretiva, demonstrados devidamente os procedimentos e regramentos no Contrato de Serviços do Edital. Em sites de compras governamentais, foram analisados alguns editais de contratações similares, foi possível notar que algumas das instituições públicas realizam a contratação deste serviço pelo regime de registro de preços, outras de contrato de serviço contínuo com fornecimento de peças e outras como contrato de serviço contínuo sem fornecimento de peças. Diante das análises, optou-se pelo serviço contínuo com fornecimento de algumas peças, conforme Termo de Referência Preliminar, assim, a forma de contratação escolhida proporciona maior celeridade na resolução dos problemas relacionais aos equipamentos.

- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõem a presente contratação) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

- 1.6. O **CONTRATADO** não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:
 - I. ID PCA no PNCP: 63025530000104-0-000017/2025.
 - II. Data de publicação no PNCP: 14/06/2024.
 - III. Id do item no PCA: 161.
 - IV. Classe/Grupo: 871 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO DE PRODUTOS FABRICADOS DE METAL, MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS.
 - V. Identificador da Futura Contratação: 102164-61/2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:
- 4.1.1. **Fazer uso de produtos de limpeza registrados nos órgãos de controle e que sejam biodegradáveis ou que tenham baixo impacto ambiental;**
 - 4.1.2. **Evitar o uso de produtos que sejam irritantes para o usuário do local onde os equipamentos estiverem instalados;**
 - 4.1.3. **Realizar a manutenção aplicando técnica adequada para evitar vazamentos do fluido ou gás refrigerante e por fim, deve destinar corretamente os resíduos sólidos seguindo as normas vigentes.**

Garantia da contratação

- 4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

- 4.4. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **08h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00**.
- 4.7. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.8. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.7.1. **Será necessário agendamento prévio da vistoria conforme memorial descritivo.**
- 4.9. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

- 4.10. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.1.1. Início da execução do objeto: **07 (sete) dias da assinatura do contrato.**
 - 5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: **conforme Anexo II – Memorial Descritivo do Serviço**
 - 5.1.3. Cronograma de realização dos serviços:
 - 5.1.4. Etapa: **conforme Anexo II – Memorial Descritivo do Serviço**

Local e horário da prestação dos serviços

- 5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço – Avenida dos Bandeirantes, 3900 – Bairro Monte Alegre – Ribeirão Preto – SP – FEA-RP:
- 5.2.1. **Blocos A, B1, B2, C1 e C2**, situados na sede da Contratante
 - 5.2.2. **Casa 09 e sua edícula; casa 10; e casa 11 e sua edícula**, situadas na Rua das Paineiras deste Campus Universitário
- 5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: **das 08h00 horas às 18h00 horas**

Rotinas a serem cumpridas

- 5.4. A execução contratual observará as rotinas [abaixo] / em anexo
- 5.4.1. **Conforme Anexo II – Memorial Descritivo do Serviço**

Materiais a serem disponibilizados

- 5.5. Para a perfeita execução dos serviços, o **CONTRATADO** deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:
- 5.5.1. **Conforme Anexo II – Memorial Descritivo do Serviço.**

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

- 5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

5.6.1. Conforme Anexo II – Memorial Descritivo do Serviço.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

- 5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, **06 (seis) meses para a mão de obra e 90 (noventa) dias para peças fornecidas em substituição a outras defeituosas**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o **CONTRATADO** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. A Universidade de São Paulo poderá convocar representante do **CONTRATADO** para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõem a presente contratação), o órgão ou entidade poderá convocar o representante do **CONTRATADO** para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do **CONTRATADO**, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 6.6. O **CONTRATADO** designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. O **CONTRATANTE** poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do **CONTRATADO**, hipótese em que o **CONTRATADO** designará outro para o exercício da atividade.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

Fiscalização

- 6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

- 6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17](#)).
- 6.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#)).
- 6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo **CONTRATADO** ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III](#)).
- 6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV](#)).
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#)).

Fiscalização Administrativa

- 6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III](#)).
- 6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV](#)).

- 6.17. Sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**, o **CONTRATADO** deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.18. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- 6.18.1. **Manter em perfeitas condições de uso e garantir a qualidade do ar nos ambientes climatizados, em cumprimento à Lei Federal nº 13.589/2018 e de acordo com a Portaria nº 3.523/1998 do Ministério da Saúde, com a Resolução nº 09/2003 da ANVISA e com a Norma ABNT NBR 13971.**

Gestor do Contrato

- 6.19. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º](#)).
- 6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX](#)).
- 6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII](#)).
- 6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII](#)).
- 6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único](#)).

- 6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará os critérios indicados neste item para aferição da qualidade da prestação de serviços, sempre se levando em conta o quantitativo contratado e seus respectivos preços unitários, nos termos do item 1, para fins de glosa.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o **CONTRATADO**:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

- 7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.2.1. **Cumprimento integral do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) dos sistemas de ar-condicionado, conforme lei 13.589/20218.**

Do recebimento

- 7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **05 (cinco) dias**, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e [arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

- 7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do **CONTRATADO** com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

- 7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

- 7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).
- 7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao **CONTRATADO**, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.8.2. O **CONTRATADO** fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.8.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))
- 7.8.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.8.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

- 7.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).
 - 7.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao **CONTRATADO**, por escrito, as respectivas correções.
 - 7.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
 - 7.10.4. Comunicar o **CONTRATADO** para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
 - 7.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao **CONTRATADO** para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.
 - 7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo **CONTRATADO**, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
 - 7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.15. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao **CONTRATANTE**.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

- 7.16. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.17. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.

Prazo de pagamento

- 7.18. O pagamento será efetuado no prazo **não inferior a 28 (vinte e oito) dias**, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#) e da [Portaria GR. nº 8249/2023](#).
- 7.18.1. São condições para a liberação do pagamento:
- a) O recebimento definitivo do objeto.
 - b) A entrega da documentação fiscal completa.
 - c) A não existência de registro do contratado no Cadin Estadual, cuja consulta deverá ser feita pelo **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 6º, inciso II e parágrafo 1º da Lei Estadual nº. 12.799/2008 c.c. artigo 7º, inciso II e parágrafo 1º do [Decreto Estadual nº. 53.455/2008](#).
- 7.19. Havendo atraso no pagamento dos contratos celebrados pela Universidade de São Paulo, por razões não imputáveis ao **CONTRATADO**, o valor devido será atualizado monetariamente pelo **IPC-FIPE** na forma da legislação aplicável, calculado pro rata temporis em relação ao atraso verificado, tornando-se passível de responsabilização aquele que der causa ao atraso imotivado.
- 7.19.1. Não será considerado atraso o período de suspensão dos pagamentos em razão do descumprimento das condições fixadas em contrato, nem as retenções para compensação com eventuais multas e prejuízos causados à Universidade ou a terceiros.
- 7.19.2. O pagamento da atualização financeira estabelecida neste artigo dependerá de requerimento a ser formalizado pelo **CONTRATADO**.
- 7.20. Eventuais irregularidades nas condições de pagamento ou nos documentos exigidos (Nota Fiscal, Fatura e demais documentos exigíveis) para sua liberação deverão ser regularizadas até o sétimo dia anterior ao término do prazo de pagamento.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

- 7.21. Caso não ocorra a regularização no prazo definido no item anterior, o pagamento ficará suspenso e será efetuado em até 07 (sete) dias, contados a partir do dia seguinte à regularização.
- 7.22. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.
- 7.23. Caso sejam constatadas irregularidades na execução do objeto contratado, será descontada do pagamento a importância correspondente ao descumprimento, sem prejuízo da eventual rescisão do contrato e aplicação das demais penalidades cabíveis.

Forma de pagamento

- 7.24. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do **CONTRATADO** no Banco do Brasil S/A, ficando terminantemente vedada a negociação da duplicata mercantil na rede bancária ou com terceiros.
- 7.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.26. O **CONTRATANTE** poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.
- 7.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.27. O **CONTRATADO** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO LICITANTE E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O prestador de serviço será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO (POR VALOR TOTAL MENSAL)**.

Regime de execução

- 8.2. O regime de execução do contrato será **continuado**.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
- 8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- 8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- 8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

- 8.12. Ato de autorização para o exercício da atividade de **manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar condicionado, expedido pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) nos termos da Lei 13.589/18.**
- 8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**), conforme o caso.
- 8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (**RFB**) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (**PGFN**), **referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU)** por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**).
- 8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (**CNDT**) ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 8.19. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual (Certidão de Débitos tributários Inscritos na Dívida Ativa)**, em se tratando de compras e serviços com fornecimento de bens e/ou **Municipal (Certidão de Tributos Mobiliários)** no caso de serviços, do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 8.20. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.21. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da [Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#) c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)), ou de sociedade simples.
- 8.23. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante).
- 8.23.1. Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.
- 8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 8.24.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).
- 8.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 8.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação
- 8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

Qualificação Técnica

- 8.27. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- 8.28. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

- 8.29. Registro ou inscrição do licitante na entidade profissional **engenheiro mecânico com registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA, conforme o artigo 12 da Resolução nº 218/1973 do CONFEA e a NBR 13.971/2014**, em plena validade.
- 8.29.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista neste subitem por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- 8.30. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):
- 8.30.1.1. **Manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar condicionado.**
- 8.30.1.2. **Comprovar vínculo com responsável técnico capacitado, com registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA, para atuar em sistemas de ventilação e tratamento de ar, que apresente acervo técnico de manutenção em sistemas de refrigeração, correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do número de aparelhos de ar condicionado do objeto desta licitação.**
- 8.30.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante.
- 8.30.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.
- 8.30.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do **CONTRATANTE** e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Outras comprovações

- 8.31. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição estadual.
 - b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei federal nº 13.467/2017, quando for o caso.
- 8.32. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei federal nº 14.133/2021:
- 8.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971.
 - 8.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.
 - 8.32.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia.
 - 8.32.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia.
 - 8.32.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.
 - 8.32.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador
 - 8.32.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.
- 8.33. Todos os documentos necessários para habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste TR/contrato, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.
- 8.33.1. Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico (§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

8.33.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital (§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 289.271,23 (duzentos e oitenta e nove mil, duzentos e setenta e um reais e vinte e três centavos)**, conforme custos unitários apostos na **tabela acima**.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/Unidade: **81 – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto**
- II. Fonte de Recursos: **Tesouro**
- III. Programa de Trabalho: **12 - 122 - 4807 - 6351.**
- IV. Elemento de Despesa: **339039 – Outros Serviços de Terceiros – PJ.**

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Ribeirão Preto, 07 de maio de 2025

Sérgio Henrique Salles Paschoal
Assistente Técnico Financeiro
FEA-RP / USP



ANEXO II – MEMORIAL DESCRITIVO DO SERVIÇO

1. Definição do Objeto

Contratação de empresa especializada, doravante denominada Contratada, para prestação de serviços técnicos continuados de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de climatização de ar relacionados no Apêndice I, instalados nas dependências da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, doravante denominada Contratante, com vistas a mantê-los em perfeitas condições de uso e garantir a qualidade do ar nos ambientes climatizados, em cumprimento à Lei Federal nº 13.589/2018 e de acordo com a Portaria nº 3.523/1998 do Ministério da Saúde, com a Resolução nº 09/2003 da ANVISA e com a Norma ABNT NBR 13971.

1.1. Manutenções preventiva e corretiva:

1.1.1. As atividades de manutenção preventiva, a serem executadas mensalmente, estão previstas no PMOC, conforme subitem 3.3 e Apêndice II;

1.1.2. Atividades de manutenção corretiva deverão ser executadas para sanar defeitos nos componentes dos equipamentos de climatização da Contratante, observados durante a manutenção preventiva ou em qualquer atendimento feito no âmbito do contrato.

1.1.3. Resumo do escopo (detalhamento dos equipamentos consta da Tabela 5, localizada no Apêndice I)

Tabela 1 - Resumo dos equipamentos de climatização

Tipo de evaporadora	Marca	Capacidade (kBtu)	Contagem
Bi-split hi-wall	Carrier	12	17
Bi-split hi-wall	Carrier	24	1
Bi-split hi-wall	Carrier	36	4
Bi-split hi-wall	Midea	9	6
Bi-split hi-wall	Sp. Maxiflex	18	1
Bi-split hi-wall	Springer	12	6
Bi-split hi-wall	Springer	18	10
Cassete	Carrier	60	8
Janela	Mundial	18	1
Janela	Springer	7,5	1
Split hi-wall	Admiral	12	6



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

Tipo de evaporadora	Marca	Capacidade (kBtu)	Contagem
Split hi-wall	Admiral	22	3
Split hi-wall	Carrier	18	3
Split hi-wall	Carrier	30	1
Split hi-wall	Carrier	36	1
Split hi-wall	Elgin	18	2
Split hi-wall	Elgin	30	1
Split hi-wall	Fujitsu	12	2
Split hi-wall	Komeco	18	3
Split hi-wall	Komeco	30	1
Split hi-wall	Komeco	9	3
Split hi-wall	LG	18	1
Split hi-wall	Midea	12	5
Split hi-wall	Midea	18	3
Split hi-wall	Midea	30	4
Split hi-wall	Midea	9	1
Split hi-wall	Samsung	24	1
Split hi-wall	Springer	12	52
Split hi-wall	Springer	18	10
Split hi-wall	Springer	22	2
Split hi-wall	Springer	24	2
Split hi-wall	Springer	30	4
Split hi-wall	Springer	9	2
Split hi-wall	TCL	12	2
Split hi-wall	TCL	18	2
Split hi-wall	York	18	1
Split hi-wall	York	30	1
Split piso teto	Carrier	58	4
Split piso teto	Electrolux	60	2
Split piso teto	Elgin	36	2



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

Tipo de evaporadora	Marca	Capacidade (kBtu)	Contagem
Split piso teto	Elgin	48	3
Split piso teto	Komeco	48	2
Split piso teto	LG	36	4
Split piso teto	LG	48	1
Split piso teto	Midea	60	3
Split piso teto	Rheem	48	10
Split piso teto	Springer	24	2
Split piso teto	Springer	36	2
Split piso teto	Springer	48	4
Split piso teto	Springer	60	1
Split piso teto	York	36	1
Total			215

Tabela 2 – Resumo de outros equipamentos

Tipo de equipamento	Contagem
Insuflador de ar	16
Total	16

1.2. Controle de qualidade do ar:

1.2.1. A Contratada deverá efetuar avaliações semestrais para controle da qualidade do ar no interior dos ambientes climatizados de uso coletivo da Contratante, respeitando-se o número de amostras indicado na tabela 3, assim como demais orientações constantes na Resolução nº 09/2003 da ANVISA.

1.2.1.1. Fica dispensada a análise do ar no bloco C2, uma vez que esse serviço está inserido no escopo de outro contrato.

1.2.1.2. Os locais exatos para coleta de amostras serão indicados, no momento da coleta, pela fiscalização da Contratante.

1.2.2. A Contratada deverá entregar à Contratante laudo e Anotação de Responsabilidade Técnica – ART referentes às avaliações, ambos elaborados por profissional de nível superior com as habilitações determinadas no item VIII da Resolução nº 09/2003 da ANVISA.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

Tabela 3 – Indicação do número mínimo de amostras

Edifício	Área construída climatizada (m ²)	Número mínimo de amostras
A	1.144	3
B1	1.180	3
B2	986	1
C1	474	1
Casa 09	147	1
Casa 10	113	1
Casa 11	139	1
D	62	1
Teias	174	1
Total		13

1.3. Locais da prestação dos serviços

1.3.1. Blocos A, B1, B2, C1 e C2, situados na sede da Contratante.

1.3.2. Casa 09 e sua edícula; casa 10; e casa 11 e sua edícula, situadas na Rua das Paineiras deste Campus Universitário.

2. Fundamentação da contratação

2.1. Em estudo técnico preliminar, foi proposta a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de manutenção dos equipamentos de climatização, a fim de suprir a carência de mão de obra nos quadros da Contratante, necessária para a realização dos procedimentos de manutenção essenciais ao adequado funcionamento dos sistemas de climatização. Isso inclui, entre outros, operação, fornecimento de peças, e manutenções corretiva e preventiva. A referida contratação é considerada imprescindível para garantir o bom funcionamento da unidade.

3. Descrição da solução e modelo de execução do objeto

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. Em até cinco dias após o início contratual, fornecer endereço eletrônico e número de telefone institucionais para uso como canais de comunicação para agendamento de manutenção preventiva e abertura de chamado técnico de manutenção corretiva.

3.2. Em até dez dias úteis após o início contratual, executar a primeira manutenção preventiva.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

3.3. Em até trinta dias após o início contratual, o responsável técnico pela execução dos serviços deverá entregar versão revisada, com base nas atividades previstas na NBR 13971:2014, do PMOC elaborado pela Contratante, disponível no Apêndice II, que deverá ser utilizado durante a vigência contratual.

3.4. Em até trinta dias após o início contratual ou prorrogações, fornecer uma via da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do serviço para o período de 12 meses de vigência, conforme indicado no anexo da Portaria nº 3.523/1998 do Ministério da Saúde.

3.5. Atender, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, sem taxa adicional, aos chamados de manutenção corretiva.

3.6. Preencher e entregar mensalmente à Contratante relatório que ateste a execução das atividades do PMOC, conforme Apêndice II e nos termos da Portaria nº 3.523/1998 do Ministério da Saúde e seu anexo.

3.7. Nos meses de março e setembro, executar a avaliação da qualidade do ar conforme item 1.2.1 e entregar os documentos indicados no item 1.2.2.

3.8. Designar engenheiro mecânico com registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA, conforme o artigo 12 da Resolução nº 218/1973 do CONFEA e a NBR 13.971:2014, para garantir a qualidade técnica dos serviços de manutenção e a revisão do PMOC. Como alternativa, de acordo com a Resolução nº 68/2019 do Conselho Federal dos Técnicos Industriais, a Contratada poderá designar um Técnico em Refrigeração para essa função.

3.9. Para a execução dos serviços, designar profissionais capacitados, com certificado de conclusão de curso das Normas Regulamentadoras nº 10 e 35, sempre que forem aplicáveis, cujos nomes devem ser fornecidos com antecedência à Contratante.

3.10. Responder pelos métodos utilizados nos serviços, pela organização, disponibilização de equipamentos e materiais necessários e pela qualidade dos trabalhos executados.

3.11. Utilizar exclusivamente o gás refrigerante R-410A, em função de seu baixo potencial de impacto ambiental e baixa inflamabilidade. Caso o fabricante de aparelhos que venham a compor o contrato determinem expressamente o uso de outro gás refrigerante, a orientação do fabricante deve ser seguida.

3.12. Utilizar, na limpeza dos componentes do sistema de climatização, produtos biodegradáveis devidamente registrados no Ministério da Saúde para esse fim, sendo proibida a utilização de substâncias classificadas como carcinogênicas, teratogênicas, mutagênicas ou que venham a causar danos ou corrosão nos equipamentos.

3.12.1. Deverá ser utilizado fluido solvente SF80 para limpeza das tubulações frigoríferas.

3.13. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes de dolo ou culpa de seus empregados e/ou prepostos.

3.14. Respeitar a legislação trabalhista vigente.

3.15. Respeitar a legislação vigente sobre segurança e higiene do trabalho, acatando outras recomendações que nesse sentido lhes sejam feitas pela Contratante, mantendo no local de



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

prestação dos serviços, durante a execução, equipamentos de proteção individual, conforme descrito no Apêndice IV.

3.16. Manter seu pessoal uniformizado, identificando-o com uso de crachás.

REPOSIÇÃO DE PEÇAS

3.17. Quando houver necessidade de reposição de peças, à exceção daquelas mencionadas no item 3.21, a Contratada deverá apresentar a relação completa, com o nível de detalhamento necessário à obtenção de orçamento, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da data da manutenção corretiva ou preventiva, tendo em vista que a aquisição deverá ser autorizada e seguir os trâmites da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.18. Opcionalmente, a Contratada poderá apresentar orçamento nos termos do item 3.17, no mesmo prazo. No orçamento, deverá constar única e exclusivamente os preços dos itens, sem menção a mão de obra ou qualquer despesa ou taxa, seja a que título for.

3.19. Uma vez notificada sobre a aquisição da peça de reposição pela Contratante, a Contratada deverá executar o serviço de correção no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

3.20. A Contratada ficará responsável pela completa execução da reposição de peças e verificação do resultado da operação até o pleno funcionamento do equipamento e aceite por parte da Contratante.

3.21. São de responsabilidade da Contratada, sem ônus adicional para a Contratante, a execução dos serviços e o fornecimento dos insumos, peças e equipamentos a seguir elencados: capacitores, fusíveis, terminais elétricos, rolamento para motores, parafusos, porcas, porcas para flange, arruelas, o-rings, coxins, válvula de serviço, tubo isolante de qualquer diâmetro, terminais elétricos, cabos elétricos, sensores em geral, fita de PVC sem cola, graxa, vaselina, óleos lubrificantes, estopa e panos de limpeza, fluidos refrigerantes, gás nitrogênio, solventes, formiato de metila, materiais e produtos de limpeza em geral e desincrustantes, gás para serviços de soldagem e varetas de solda (foscoper), serviço de corte e adaptação de tubulações de gás refrigerante com fornecimento de materiais (ex.: retirada de válvula inversora de quente/frio, troca de registro de serviço), limpeza química ou mecânica de serpentinas e ventiladores.

3.21.1. Especificamente para os sistemas de climatização das salas de aula do bloco B2, estão incluídos no rol mencionado no item 3.21 o insuflador de 150mm com capacidade mínima de renovação nominal de 280 m³/h com ruído máximo de 55dB e elemento filtrante classe G2 ou superior, em manta de fibra de vidro.

3.22. As peças de reposição mencionadas no item 3.21 deverão ser originais, não sendo aceitas peças ou componentes reconicionados ou de marca diversa daquela do equipamento.

3.23. A Contratada deverá manter na sede da Contratante, em consignaço, durante a vigência contratual, pelo menos um exemplar de cada uma das peças de reposição relacionadas a seguir, com o objetivo de agilizar a manutenção corretiva e diminuir o tempo de inoperância dos equipamentos.

- 01 (uma) botija de gás R-410A;
- 01 (uma) botija de gás Opteon SF80; e



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

- Capacitores, cujas características e quantidade estão relacionadas na tabela a seguir.

Tabela 4 - Relação de capacitores e respectivas voltagens

Capacitância (µF)	Voltagem (V)	Quantidade
2,5	450	1
3	380	1
4	380	1
30	380	1
35	380	3
40	380	1
45	380	3
50	380	1
55	380	3
60	380	1
Total		16

CONDIÇÕES GERAIS

3.24. O atendimento, tanto para a manutenção preventiva quanto para a corretiva, deverá ocorrer de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas, mediante agendamento por meio do e-mail manutencao@fearp.usp.br.

3.25. Deverá ser dada garantia para os serviços de manutenção corretiva executados, independentemente do término contratual. O prazo mínimo de garantia será de:

- 06 (seis) meses para a mão de obra.
- 90 (noventa) dias para peças fornecidas em substituição a outras defeituosas.

3.26. É recomendável que a Contratada mantenha, na medida do possível, uma equipe fixa durante a vigência contratual.

4. Requisitos da contratação

4.1. Sem prejuízo dos requisitos especificados no item III do Estudo Técnico Preliminar, a Contratada deverá:

- 4.1.1. Observar rigorosamente a legislação vigente sobre proteção ao meio ambiente.
- 4.1.2. Respeitar e fazer com que sejam respeitadas, nos locais dos serviços, a disciplina, a segurança do trabalho e as regras de higiene estabelecidas na Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho.

5. Modelo de gestão do contrato e critérios de medição e pagamento

5.1. O serviço será fiscalizado diariamente pela Seção de Apoio Operacional da FEA-RP.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

- 5.2. O desembolso deverá ocorrer de forma mensal.
- 5.3. A medição será feita por no primeiro dia útil de cada mês.
- 5.4. O valor relativo à manutenção de cada equipamento será glosado quando:
- 5.4.1. Deixar de receber manutenção preventiva; ou
- 5.4.2. Deixar de receber manutenção corretiva solicitada.
- 5.5. Para fins de acompanhamento da qualidade prestada dos serviços, a Contratada será avaliada pelo Instrumento de Medição de Resultado (IMR), previsto no Apêndice III, o que poderá impactar no percentual de pagamento mensal.
- 5.6. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para avaliação da prestação dos serviços, bem como de outras sanções previstas em contrato.
- 5.7. Fica vedada a subcontratação de qualquer das atividades previstas neste termo, à exceção dos serviços indicados no item 1.2.

APÊNDICE I – ROL DE EQUIPAMENTOS

Tabela 5 - Relação dos condicionadores de ar

Patrimônio	Tipo	Marca	Capacidade (kBtu) ¹	Local de instalação
081.000554	Janela	Mundial	18	Casa 10 - Térreo - 17/LEPES
081.001713	Split piso teto	York	36	B2 - Subsolo - 53/Copa
081.001801	Split piso teto	Springer	60	A - Térreo - 13/Congregação
081.002022	Janela	Springer	7,5	C1 - Térreo - 17/Lógica/STI
081.003108	Split hi-wall	Springer	12	C1 - Térreo - 04
081.003109	Split hi-wall	Springer	12	C1 - Térreo - 07
081.003110	Split hi-wall	Springer	12	C1 - Térreo - 10
081.003111	Split hi-wall	Springer	12	C1 - Térreo - 11
081.003112	Split hi-wall	Springer	12	C1 - Térreo - 12
081.003113	Split hi-wall	Springer	12	C1 - Térreo - 13
081.003114	Split hi-wall	Springer	12	C1 - Térreo - 14
081.003115	Split hi-wall	Springer	12	C1 - Térreo - 15

¹ 1 (um) kBtu equivale a 1.000 (mil) Btus.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

Patrimônio	Tipo	Marca	Capacidade (kBtu) ¹	Local de instalação
081.003116	Split hi-wall	Springer	12	C1 - Térreo - 16
081.003117	Split hi-wall	Springer	12	C1 - 1º - 31
081.003118	Split hi-wall	Springer	12	C1 - 1º - 32
081.003119	Split hi-wall	Springer	12	C1 - 1º - 33
081.003120	Split hi-wall	Springer	12	C1 - 1º - 34
081.003121	Split hi-wall	Springer	12	C1 - 1º - 35
081.003122	Split hi-wall	Springer	12	C1 - 1º - 36
081.003123	Split hi-wall	Springer	12	C1 - 1º - 37
081.003124	Split hi-wall	Springer	12	C1 - 1º - 39
081.003125	Split hi-wall	Springer	12	C1 - 1º - 40
081.003126	Split hi-wall	Springer	12	C1 - 1º - 41
081.003127	Split hi-wall	Springer	12	C1 - 1º - 42
081.003128	Split hi-wall	Springer	12	C1 - 1º - 43
081.003129	Split hi-wall	Springer	12	C1 - 1º - 44
081.003130	Split hi-wall	Springer	12	C1 - 1º - 45
081.003131	Split hi-wall	Springer	12	C1 - 1º - 46
081.003132	Split hi-wall	Springer	24	C1 - 1º - 47/Reuniões
081.003133	Split hi-wall	Springer	12	C1 - Térreo - 01
081.003134	Split hi-wall	Springer	12	C1 - Térreo - 02
081.003135	Split hi-wall	Springer	12	C1 - Térreo - 08
081.003136	Split hi-wall	Springer	12	C1 - Térreo - 09
081.003137	Split hi-wall	Springer	12	C1 - 2º - 61
081.003138	Split hi-wall	Springer	12	C1 - 2º - 62
081.003139	Split hi-wall	Springer	12	C1 - 2º - 63
081.003140	Split hi-wall	Springer	12	C1 - 2º - 64
081.003141	Split hi-wall	Springer	12	C1 - 2º - 65
081.003142	Split hi-wall	Springer	12	C1 - 2º - 66
081.003143	Split hi-wall	Springer	12	C1 - 2º - 67



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

Patrimônio	Tipo	Marca	Capacidade (kBtu) ¹	Local de instalação
081.003144	Split hi-wall	Springer	12	C1 - 2º - 68
081.003145	Split hi-wall	Springer	12	C1 - 2º - 69
081.003146	Split hi-wall	Springer	12	C1 - 2º - 70
081.003147	Split hi-wall	Springer	12	C1 - 2º - 71
081.003148	Split hi-wall	Springer	12	C1 - 2º - 72
081.003149	Split hi-wall	Springer	12	C1 - 2º - 73
081.003150	Split hi-wall	Springer	12	C1 - 2º - 75
081.003151	Split hi-wall	Springer	12	C1 - 2º - 76
081.003152	Split hi-wall	Springer	24	C1 - 2º - 77
081.003154	Split hi-wall	Springer	12	C1 - 1º - 38
081.003159	Split hi-wall	Springer	12	C1 - Térreo - 03
081.003160	Split hi-wall	Springer	12	C1 - 2º - 74
081.003258	Split hi-wall	Springer	18	A - Térreo - 06/Secretaria/Dir
081.003303	Split hi-wall	Carrier	18	B1 - Térreo - Aquário/STI
081.003451	Split piso teto	Springer	24	Casa 11 - Térreo - 03/LEPES
081.003452	Split piso teto	Springer	24	Casa 11 - Térreo - 14/Edíc./Habeas Data
081.003453	Split hi-wall	Springer	12	Casa 09 - Térreo - 61/Júnior FEA-RP
081.003505	Split hi-wall	Springer	18	Casa 10 - Térreo - 23/LATED
081.003771	Split hi-wall	York	30	Casa 10 - Térreo - 26/OBSCOOP
081.003772	Split hi-wall	York	18	Casa 10 - Térreo - 24/OBSCOOP
081.003918	Split piso teto	Midea	60	B1 - Térreo - 02/Pró-Aluno
081.003928	Split hi-wall	Komeco	18	Casa 09 - Térreo - 50/NACE-NPT
081.003929	Split hi-wall	Elgin	30	Casa 09 - Térreo - 40/PSAGiB
081.003930	Split hi-wall	Komeco	9	Casa 09 - Térreo - 61/Júnior FEA-RP
081.003931	Split hi-wall	Komeco	9	Casa 09 - Térreo - 43/CEPER
081.003932	Split hi-wall	Komeco	9	Casa 09 - Térreo - 41/PSAGiB
081.003933	Split hi-wall	Komeco	18	Casa 09 - Térreo - 63/Júnior FEA-RP
081.003934	Split hi-wall	Komeco	18	Casa 09 - Térreo - 62/Júnior FEA-RP



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

Patrimônio	Tipo	Marca	Capacidade (kBtu) ¹	Local de instalação
081.003935	Split hi-wall	Komeco	30	Casa 09 - Térreo - 44/CEPER
081.004007	Split hi-wall	Midea	12	A - Térreo - 07/Reuniões
081.004008	Split piso teto	Midea	60	B1 - Térreo - 03/LEIA 2
081.004071	Split piso teto	Midea	60	B1 - Térreo - 04/STI
081.004098	Split hi-wall	Springer	18	Casa 11 - Térreo - 13/LEPES
081.004169	Split hi-wall	Midea	9	A - Térreo - 39/Lógica/STI
081.004550	Split hi-wall	Samsung	24	B1 - Térreo - Aquário/STI
081.004568	Split piso teto	Komeco	48	B1 - 1º - 15
081.004569	Split piso teto	Komeco	48	B1 - Térreo - 03/LEIA 2
081.004570	Split piso teto	Electrolux	60	B1 - 1º - 15
081.004571	Split piso teto	Electrolux	60	B1 - Térreo - 01/LEIA 1
081.004572	Split hi-wall	Springer	9	B2 - Subsolo - 61/Lógica/STI
081.004573	Split hi-wall	Springer	18	B2 - 1º - 25/SCMAT
081.004574	Split hi-wall	Springer	18	B2 - 1º - 43/Concursos-Defesas
081.004575	Split hi-wall	Springer	18	B2 - Subsolo - 49/Almoxarifado
081.004576	Split hi-wall	Springer	18	B2 - Subsolo - 48
081.004577	Cassete	Carrier	60	B2 - Térreo - 01
081.004578	Cassete	Carrier	60	B2 - Térreo - 01
081.004579	Cassete	Carrier	60	B2 - Térreo - 02
081.004580	Cassete	Carrier	60	B2 - Térreo - 02
081.004581	Cassete	Carrier	60	B2 - Térreo - 03
081.004582	Cassete	Carrier	60	B2 - Térreo - 03
081.004583	Cassete	Carrier	60	B2 - Térreo - 04
081.004584	Cassete	Carrier	60	B2 - Térreo - 04
081.004585	Bi-split hi-wall	Springer	18	B2 - 1º - 40/SVAPACAD
081.004586	Split hi-wall	Springer	30	B2 - 1º - 38/SVGRAD
081.004587	Split hi-wall	Springer	30	B2 - 1º - 28/SVAPAD
081.004588	Split hi-wall	Springer	30	B1 - Térreo - 04/STI



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

Patrimônio	Tipo	Marca	Capacidade (kBtu) ¹	Local de instalação
081.004605	Bi-split hi-wall	Springer	18	B2 - 1º - 40/SVAPACAD
081.004605	Split hi-wall	Springer	30	B2 - 1º - 43/Concursos-Defesas
081.004606	Bi-split hi-wall	Springer	18	B2 - 1º - 18/Arquivo
081.004607	Bi-split hi-wall	Springer	18	B2 - 1º - 20/ATAD
081.004607	Bi-split hi-wall	Springer	18	B2 - 1º - 22/Comunicação
081.004608	Bi-split hi-wall	Springer	18	B2 - 1º - 22/Comunicação
081.004608	Bi-split hi-wall	Springer	18	B2 - 1º - 23/ATAd
081.004609	Bi-split hi-wall	Springer	12	B2 - 1º - 39/ATAC
081.004610	Bi-split hi-wall	Springer	12	B2 - Subsolo - 54/SCAPOPE
081.004610	Bi-split hi-wall	Springer	18	B2 - Subsolo - 60/SCAPOPE
081.004611	Bi-split hi-wall	Springer	12	B2 - Subsolo - 50/Entrega
081.004611	Bi-split hi-wall	Springer	18	B2 - Subsolo - 49/Almoxarifado
081.004612	Bi-split hi-wall	Springer	12	B2 - 1º - 26/ATFin
081.004612	Bi-split hi-wall	Springer	18	B2 - 1º - 25/SCMAT
081.004613	Bi-split hi-wall	Sp. Maxiflex	18	B2 - 1º - 17/SVAPAD
081.004613	Bi-split hi-wall	Springer	12	B2 - 1º - 27/FUNDACE
081.005053	Split hi-wall	Springer	18	Casa 10 - Térreo - 18/LEPES
081.005076	Split hi-wall	Midea	18	A - Térreo - 10/Diretoria
081.005077	Split hi-wall	Midea	18	A - Térreo - 11/Vice-Diretoria
081.005361	Split hi-wall	Admiral	22	A - Térreo - 27/Secretaria/RAD
081.005362	Split hi-wall	Admiral	22	A - Térreo - 34/Secretaria/REC
081.005363	Split hi-wall	Admiral	22	A - Térreo - 31/Secretaria/RCC
081.005364	Bi-split hi-wall	Carrier	12	A - Térreo - 45B/LEMC
081.005364	Bi-split hi-wall	Carrier	12	A - Térreo - 45B/LEMC (jan.)
081.005365	Bi-split hi-wall	Carrier	12	A - Térreo - 44B/GREFIC
081.005365	Bi-split hi-wall	Carrier	12	A - Térreo - 45B/LEMC
081.005366	Bi-split hi-wall	Carrier	12	A - Térreo - 43/Sala de Edição
081.005366	Bi-split hi-wall	Carrier	12	A - Térreo - 44D/G-Mind



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

Patrimônio	Tipo	Marca	Capacidade (kBtu) ¹	Local de instalação
081.005367	Bi-split hi-wall	Carrier	24	A - Térreo - 44A/GPublic
081.005368	Bi-split hi-wall	Carrier	12	A - Térreo - 65/Pesq e Pós-Grad
081.005368	Bi-split hi-wall	Carrier	12	A - Térreo - 65A/Pesq e Pós-Grad
081.005369	Bi-split hi-wall	Carrier	12	A - Térreo - 65B/Pesq e Pós-Grad
081.005369	Bi-split hi-wall	Carrier	12	A - Térreo - 66A/Pesq e Pós-Grad
081.005370	Bi-split hi-wall	Carrier	12	A - Térreo - 66/Pesq e Pós-Grad
081.005370	Bi-split hi-wall	Springer	12	A - Térreo - 66B/Pesq e Pós-Grad
081.005371	Bi-split hi-wall	Carrier	12	A - Térreo - 67/Estudos Grad
081.005371	Bi-split hi-wall	Carrier	12	A - Térreo - 67A/Estudos Grad
081.005372	Bi-split hi-wall	Carrier	12	A - Térreo - 67B/Estudos Grad
081.005372	Bi-split hi-wall	Carrier	12	A - Térreo - 68/Estudos Grad
081.005373	Bi-split hi-wall	Carrier	12	A - Térreo - 68A/Estudos Grad
081.005373	Bi-split hi-wall	Carrier	12	A - Térreo - 68B/Estudos Grad
081.005374	Bi-split hi-wall	Carrier	36	A - Térreo - 36/Revistas
081.005374	Bi-split hi-wall	Carrier	36	A - Térreo - 40/STCONAF
081.005375	Bi-split hi-wall	Carrier	36	A - Térreo - 41/ATGEST
081.005375	Bi-split hi-wall	Carrier	36	A - Térreo - 42B/Pesquisa RCC
081.005376	Split piso teto	Springer	36	A - Térreo - 69/Estudos Grad
081.005377	Split piso teto	Springer	36	A - Térreo - 69/Estudos Grad
081.005378	Split hi-wall	Admiral	12	Casa 10 - Térreo - 21/LEPES
081.005379	Split hi-wall	Admiral	12	Casa 10 - Térreo - 22/LEPES
081.005380	Split hi-wall	Admiral	12	Casa 11 - Térreo - 04/LEPES
081.005381	Split hi-wall	Carrier	18	Casa 11 - Térreo - 12/LEPES
081.005382	Split hi-wall	Springer	12	A - Térreo - 45A/Pesquisa REC
081.005383	Split hi-wall	Admiral	12	A - Térreo - 33/Chefia/REC
081.005384	Split hi-wall	Admiral	12	A - Térreo - 32/Chefia/RCC
081.005385	Split hi-wall	Admiral	12	A - Térreo - 28/Chefia/RAD
081.005386	Split hi-wall	Carrier	36	A - Térreo - 30/Reuniões



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

Patrimônio	Tipo	Marca	Capacidade (kBtu) ¹	Local de instalação
081.005387	Split hi-wall	Carrier	18	A - Térreo - 29/SVPROESP
081.005388	Split hi-wall	Springer	18	A - Térreo - 04/Sala Professores
081.005757	Split hi-wall	Midea	12	C1 - Térreo - 05
081.005758	Split hi-wall	Midea	12	C1 - Térreo - 06
081.005985	Split hi-wall	Elgin	18	B1 - 1º - 17/Centro Acad
081.005986	Split hi-wall	Elgin	18	Casa 11 - Térreo - 09/LEPES
081.005987	Split piso teto	Rheem	48	B1 - Térreo - 07
081.005988	Split piso teto	Rheem	48	B1 - Térreo - 08
081.005989	Split piso teto	Rheem	48	B1 - Térreo - 09
081.005990	Split piso teto	Rheem	48	B1 - Térreo - 10
081.005991	Split piso teto	Rheem	48	B1 - Térreo - 11
081.005992	Split piso teto	Rheem	48	B1 - Térreo - 12
081.005993	Split piso teto	Rheem	48	A - Térreo - 15/Anfiteatro
081.005994	Split piso teto	Rheem	48	A - Térreo - 15/Anfiteatro
081.005995	Split piso teto	Rheem	48	A - Térreo - 15/Anfiteatro
081.005996	Split piso teto	Rheem	48	A - Térreo - 15/Anfiteatro
081.005997	Bi-split hi-wall	Midea	9	A - Térreo - 69B/Estudos Grad
081.005997	Bi-split hi-wall	Midea	9	A - Térreo - 69C/Estudos Grad
081.005998	Bi-split hi-wall	Midea	9	A - Térreo - 69A/Estudos Grad
081.005998	Bi-split hi-wall	Midea	9	A - Térreo - 70/Apoio Anfiteatro
081.005999	Bi-split hi-wall	Midea	9	D - Térreo - 02/Estudos
081.005999	Bi-split hi-wall	Midea	9	D - Térreo - 03/Estudos
081.006000	Split hi-wall	Springer	22	D - Térreo - 01/Estudos
081.006001	Split hi-wall	Springer	22	D - Térreo - 01/Estudos
081.006002	Split hi-wall	Springer	12	A - Térreo - 39/Lógica/STI
081.006003	Split hi-wall	Springer	12	C1 - Térreo - 17/Lógica/STI
081.006004	Split hi-wall	Springer	12	Casa 11 - Térreo - 02/LEPES
081.006216	Split piso teto	Elgin	48	A - Térreo - 03/Saguão



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

Patrimônio	Tipo	Marca	Capacidade (kBtu) ¹	Local de instalação
081.006217	Split piso teto	Elgin	48	A - Térreo - 03/Saguão
081.006218	Split piso teto	Elgin	48	A - Térreo - 14/Foyer
081.007100	Split hi-wall	Midea	12	C2 - 1º - Lógica/STI
081.007243	Split hi-wall	Midea	30	A - Térreo - 65/Pesq e Pós-Grad
081.007244	Split hi-wall	Midea	30	A - Térreo - 66/Pesq e Pós-Grad
081.007245	Split hi-wall	Midea	30	A - Térreo - 67/Estudos Grad
081.007246	Split hi-wall	Midea	30	A - Térreo - 68/Estudos Grad
081.007520	Split hi-wall	Springer	12	Casa 09 - Térreo - 42/CEPER
081.007533	Split piso teto	Springer	48	Teias - 1º - Prototipagem
081.007534	Split piso teto	Springer	48	Teias - Térreo - Salão Principal
081.007535	Split piso teto	Springer	48	Teias - Térreo - Salão Principal
081.007652	Split hi-wall	Midea	12	A - Térreo - 40/STCONAF
081.007768	Split hi-wall	Fujitsu	12	A - Térreo - 43/Estúdio 1
081.007769	Split hi-wall	Fujitsu	12	A - Térreo - 43/Estúdio 2
081.007786	Split hi-wall	LG	18	Casa 10 - Térreo - 19/LEPES
081.007792	Split piso teto	Carrier	58	B1 - 1º - 19
081.007793	Split piso teto	Carrier	58	B1 - 1º - 20
081.007794	Split piso teto	Carrier	58	B1 - 1º - 21
081.007795	Split piso teto	Carrier	58	B1 - 1º - 22
081.007919	Split hi-wall	Springer	9	A - Térreo - 24/Copa
081.007920	Split hi-wall	Midea	18	Casa 11 - Térreo - 11/LEPES
081.008010	Split piso teto	Springer	48	B1 - Térreo - 01/LEIA 1
081.008084	Split piso teto	Elgin	36	B1 - 1º - 14
081.008085	Split piso teto	Elgin	36	B1 - 1º - 14
200.002989	Split hi-wall	Springer	18	B2 - 1º - 42/SCINT
200.051997	Split piso teto	LG	36	B1 - 1º - 13
200.051998	Split piso teto	LG	36	B1 - 1º - 13
200.051999	Split piso teto	LG	36	B1 - 1º - 16



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

Patrimônio	Tipo	Marca	Capacidade (kBtu) ¹	Local de instalação
200.052000	Split piso teto	LG	36	B1 - 1º - 16
200.064643	Split hi-wall	Carrier	30	B2 - 1º - 44/SVPGRAD
200.096750	Split piso teto	LG	48	B1 - Térreo - 04/STI
200.116185	Split hi-wall	TCL	12	Teias - 1º - Administração
200.116186	Split hi-wall	TCL	12	Teias - Térreo - Reuniões
200.116187	Split hi-wall	TCL	18	Teias - Térreo - Teleconferência
200.116188	Split hi-wall	TCL	18	Teias - Térreo - Teleconferência
Total				215

Além dos condicionadores de ar relacionados na tabela 5, estão incluídos no escopo deste Termo 16 insufladores de ar com filtro, instalados nas salas 01 a 04 do bloco B2.

APÊNDICE II – PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE – PMOC

Tabela 6 - PMOC

Item	Conjunto/Componente	Atividade	Periodicidade
1.1	Filtros de Ar	Limpar com bactericida ou substituir em caso de avaria	Mensal
1.2	Filtros de Ar	Verificar danos e corrosão do suporte e existência de frestas	Mensal
1.3	Filtros de Ar	Verificar e corrigir o ajuste da moldura do filtro na estrutura	Mensal
2.1	Bandeja	Verificar a operação de drenagem do condensado	Mensal
2.2	Bandeja	Lavar e remover biofilme	Trimestral
2.3	Bandeja	Verificar vazamentos e corrigir, se necessário	Trimestral
3.1	Evaporadora	Lavar e remover biofilme	Trimestral
3.2	Evaporadora	Verificar a existência de danos no aletado e moldura	Trimestral
4.1	Gabinete	Lavar externamente	Mensal
4.2	Gabinete	Lavar internamente	Trimestral
4.3	Gabinete	Verificar a vedação dos painéis de fechamento, fixação e danos e substituir, se necessário	Mensal



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

Item	Conjunto/ Componente	Atividade	Periodicidade
4.4	Gabinete	Verificar o estado de conservação do isolamento termoacústico, e substituir em caso de bolor	Trimestral
4.5	Gabinete	Verificar e eliminar ruídos anormais e/ou vibrações	Mensal
4.6	Gabinete	Verificar mecanismo de renovação de ar, botoeiras, <i>knobs</i> , atuação do termostato, chave seletora e repor, se necessário	Mensal
5.1	Condensador	Lavar e remover incrustações	Trimestral
5.2	Condensador	Verificar a existência de danos e corrosão no aletado e moldura	Trimestral
5.3	Condensador	Testar capacitores com um capacímetro obedecendo à tolerância de + ou - 5%	Semestral
5.4	Condensador	Eliminar pontos de obstrução por sujeira nas aletas	Semestral
5.5	Condensador	Desmontar a unidade para limpeza em local a ser definido pela Contratante	Anual
5.6	Condensador	Verificar a isolação elétrica do compressor e do motor do ventilador com um megômetro	Anual
6.1	Ventiladores	Verificar e eliminar sujeira, danos e corrosão	Semestral
6.2	Ventiladores	Verificar fixação e amortecedores de vibração	Semestral
6.3	Ventiladores	Verificar ruído e lubrificar mancais, se necessário	Mensal
7.1	Motores elétricos	Verificar e corrigir fixação e amortecedores de vibração	Semestral
7.2	Motores elétricos	Limpar e verificar danos e corrosão	Semestral
7.3	Motores elétricos	Verificar aterramento	Mensal
8.1	Compressores	Verificar e eliminar sujeira, danos e corrosão	Trimestral
8.2	Compressores	Verificar fixação e vibração ou ruídos anormais	Mensal
8.3	Compressores	Verificar aterramento	Mensal
9.1	Circuito refrigerante	Verificar e corrigir fixação, danos e corrosão das tubulações	Semestral
9.2	Circuito refrigerante	Verificar isolamento térmico e substituir, se necessário	Trimestral
9.3	Circuito refrigerante	Verificar e corrigir vazamento de gás, se necessário	Mensal
9.4	Circuito refrigerante	Substituir isolações térmicas danificadas das tubulações	Anual



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

Item	Conjunto/ Componente	Atividade	Periodicidade
10.1	Medições	Tensão e corrente: comparar com a normal	Mensal
10.2	Medições	Medir vazões de ar	Anual
10.3	Medições	Medir temperatura de insuflamento e retorno do ar	Mensal
10.4	Medições	Isolamento entre fases, carcaça do compressor e motor do ventilador	Semestral
11.1	Circuito elétrico	Verificar disjuntores, tomadas, <i>plugs</i> e rabichos	Mensal
11.2	Circuito elétrico	Verificar todos os contatos (terminais) elétricos, quanto ao aperto e corrosão e substituir, se necessário	Trimestral

APÊNDICE III – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

Este Instrumento de Medição de Resultado – IMR – apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e descontos (glosas) de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

O IMR deve ser considerado e entendido pela Contratada como um compromisso de qualidade que assumirá junto à Contratante.

O somatório das glosas mensais fica limitado ao percentual de 10% (dez por cento) das medições, estando, contudo, a Contratada, sujeita às demais sanções e penalidades contratuais cabíveis, garantidos a ampla defesa e o contraditório.

A Contratada também estará sujeita às glosas cabíveis em casos de não conformidades detectadas na execução dos serviços por empregados de subcontratadas, sendo de inteira responsabilidade da Contratada garantir, junto àquelas, o mesmo alinhamento e orientações a que estão sujeitos seus empregados.

Problemas de conformidade resultantes exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador poderão não provocar descontos, desde que, comprovada a excepcionalidade da ocorrência, a justificativa seja aceita pela Fiscalização.

A Fiscalização da CONTRATANTE poderá convocar o preposto da CONTRATADA para reuniões de Avaliação dos resultados, ou tratar do tema em outras reuniões operacionais, onde serão expostos os pontos de melhorias necessárias aos processos. Cabe à Contratada, independentemente de alertas ou cobranças da CONTRATANTE, garantir gestão adequada de eventuais não conformidades, além da avaliação e monitoramento constante, para que não voltem a ocorrer.

O baixo resultado dos serviços prestados pela CONTRATADA, constatado quando os somatórios finais e consecutivos (por dois meses ou mais), conforme critérios do presente Anexo, ultrapassar 10 pontos em cada uma das respectivas medições, poderá ensejar a rescisão contratual.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

INFORMAÇÕES GERAIS – IMR (aplicáveis a todos os indicadores)	
Item	Descrição
Meta a cumprir	Atendimento de 100% das condutas previstas no contrato
Instrumento de medição	Fiscalização contratual/Conferência local
Forma de acompanhamento	Inspeção visual e documental pelo Fiscal do Contrato
Periodicidade	Diária nos dias em que a prestação de serviços ocorrer
Mecanismo de cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada
Início da vigência	Data de início da execução dos serviços
Faixas de ajuste no pagamento	Serão registradas as ocorrências pelo fiscal do contrato e o somatório dos pontos acumulados refletirá no valor de medição, conforme tabela de descontos

Indicador		
Nº 01 – GESTÃO		
Item	Descrição	
Finalidade	Buscar a qualidade na gestão do serviço.	
Ocorrências/pontuações	Descumprimento do item 3.1 do Termo de Referência	1 ponto por dia de atraso
	Descumprimento do item 3.2 do Termo de Referência	1 ponto por dia de atraso
	Descumprimento do item 3.3 do Termo de Referência	1 ponto por dia de atraso
	Descumprimento do item 3.4 do Termo de Referência	1 ponto por dia de atraso
	Descumprimento do item 3.16 do Termo de Referência	1 ponto por ocorrência por dia de atraso
	Não responder às comunicações por e-mail ou outro meio formal de comunicação em 3 dias	1 ponto por dia de atraso
	Manter em serviço funcionário sem documentação aprovada	1 ponto por colaborador, por ocorrência
	Manter funcionário que tenha apresentado conduta incompatível, quando comunicado	1 ponto por colaborador, por dia
	Deixar de enviar nota fiscal e documentos para pagamento no prazo de até 05 dias úteis após o envio da medição	1 ponto por dia de atraso



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

Indicador		
Nº 02 – FUNCIONÁRIOS		
Item	Descrição	
Finalidade	Buscar adequar a prestação dos serviços e a conduta dos funcionários ao objeto e ao local da prestação dos serviços.	
Ocorrências/pontuações	Não utilização do uniforme ou uso do uniforme incompleto, inadequado ou sujo.	1 ponto por ocorrência
	Danificar equipamentos da Contratante por culpa ou dolo de funcionário da Contratada	2 pontos por ocorrência
	Adotar conduta incompatível com as atribuições do posto, favorecendo surgimento de conflitos.	2 pontos por ocorrência

Indicador		
Nº 03 – MATERIAIS E EQUIPAMENTOS		
Item	Descrição	
Finalidade	Buscar a qualidade dos materiais e equipamentos necessários à plena execução dos serviços.	
Ocorrências/pontuações	Falta de materiais ou equipamentos de responsabilidade da Contratada	2 pontos por dia de ocorrência
	Utilização de produtos ou materiais em desacordo com o especificado pela Contratante, sem autorização.	1 ponto por ocorrência



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

Indicador		
Nº 04 – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS		
Item	Descrição	
Finalidade	Buscar a qualidade na execução dos serviços contratados.	
Ocorrências/pontuações	Descumprimento do item 3.17 do Termo de Referência	1 ponto por dia de atraso
	Descumprimento do item 3.19 do Termo de Referência	1 ponto por dia de atraso
	Descumprimento do item 3.5 do Termo de Referência	1 ponto por dia de atraso
	Não atendimento de normas de segurança/uso de EPI	1 ponto por ocorrência
	Suspender ou interromper os serviços, salvo por motivo de caso fortuito, força maior ou a pedido da administração	1 ponto por dia
Observações		

• DESCONTOS (SOBRE O VALOR APURADO PARA O MÊS DE OCORRÊNCIA)

• PONTOS	• DESCONTO
• 2,0 a 4,0	• 2%
• 4,1 a 6,0	• 4%
• 6,1 a 8,0	• 6%
• 8,1 a 10	• 8%
• Acima de 10	• 10%

APÊNDICE IV – EXIGÊNCIAS TRABALHISTAS

Os documentos a seguir relacionados deverão ser apresentados à Contratante antes do início da execução do serviço, em cumprimento a exigências mínimas legais.

1. Quem vai executar o serviço?

A. Seus empregados

I. Documentação trabalhista

Anotação no Livro de Registro dos Empregados da Empresa;

Anotação na CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social;

Atestado de Saúde Ocupacional – ASO atualizado.

II. Segurança do trabalho



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

Comprovante de recebimento de EPI contendo, no mínimo, os itens a seguir: óculos de segurança contra impacto de partículas volantes, óculos de proteção contra luminosidade intensa, luva de proteção das mãos para prevenção de choques elétricos, calçado de segurança sem componentes metálicos, cinturão de segurança para eletricitista (dependendo da situação deverá ser usado o do tipo paraquedista com duplo talabarte);

Certificação para trabalho em altura: NR-35 - Trabalho em altura;

Certificação para eletricitista:

- i. NR 10 - Segurança em instalações e serviços em eletricidade.
- ii. Certificado de conclusão de curso específico na área elétrica reconhecido pelo Sistema Oficial de Ensino;
- iii. Certificado de conclusão de curso da Norma Regulamentadora nº 10.

B. Empresa subcontratada

- I. Contrato de prestação de serviços;
- II. Documentação trabalhista dos empregados da subcontratada (ver item A.I);
- III. Segurança do trabalho dos empregados da subcontratada (ver item A.II).



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

ANEXO III – PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

Tipo	Marca	Capacidade (Btu)	Qtde. (1)	Valor Unitário (2)	Qtde. Meses (3)	Valor Total (4) = (1) x (2) x (3)
Bi-split hi-wall	Carrier	12.000	17		12	-
Bi-split hi-wall	Carrier	24.000	1		12	-
Bi-split hi-wall	Carrier	36.000	4		12	-
Bi-split hi-wall	Midea	9.000	6		12	-
Bi-split hi-wall	Sp. Maxiflex	18.000	1		12	-
Bi-split hi-wall	Springer	12.000	6		12	-
Bi-split hi-wall	Springer	18.000	10		12	-
Cassete	Carrier	60.000	8		12	-
Janela	Mundial	18.000	1		12	-
Janela	Springer	7.500	1		12	-
Split hi-wall	Admiral	12.000	6		12	-
Split hi-wall	Admiral	22.000	3		12	-
Split hi-wall	Carrier	18.000	3		12	-
Split hi-wall	Carrier	30.000	1		12	-
Split hi-wall	Carrier	36.000	1		12	-
Split hi-wall	Elgin	18.000	2		12	-
Split hi-wall	Elgin	30.000	1		12	-
Split hi-wall	Fujitsu	12.000	2		12	-
Split hi-wall	Komeco	18.000	3		12	-
Split hi-wall	Komeco	30.000	1		12	-
Split hi-wall	Komeco	9.000	3		12	-
Split hi-wall	LG	18.000	1		12	-
Split hi-wall	Midea	12.000	5		12	-
Split hi-wall	Midea	18.000	3		12	-
Split hi-wall	Midea	30.000	4		12	-
Split hi-wall	Midea	9.000	1		12	-
Split hi-wall	Samsung	24.000	1		12	-
Split hi-wall	Springer	12.000	52		12	-
Split hi-wall	Springer	18.000	10		12	-
Split hi-wall	Springer	22.000	2		12	-
Split hi-wall	Springer	24.000	2		12	-
Split hi-wall	Springer	30.000	4		12	-
Split hi-wall	Springer	9.000	2		12	-
Split hi-wall	TCL	12.000	2		12	-
Split hi-wall	TCL	18.000	2		12	-



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

Split hi-wall	York	18.000	1		12	-
Split hi-wall	York	30.000	1		12	-
Split piso teto	Carrier	58.000	4		12	-
Split piso teto	Electrolux	60.000	2		12	-
Split piso teto	Elgin	36.000	2		12	-
Split piso teto	Elgin	48.000	3		12	-
Split piso teto	Komeco	48.000	2		12	-
Split piso teto	LG	36.000	4		12	-
Split piso teto	LG	48.000	1		12	-
Split piso teto	Midea	60.000	3		12	-
Split piso teto	Rheem	48.000	10		12	-
Split piso teto	Springer	24.000	2		12	-
Split piso teto	Springer	36.000	2		12	-
Split piso teto	Springer	48.000	4		12	-
Split piso teto	Springer	60.000	1		12	-
Split piso teto	York	36.000	1		12	-
Insuflador de ar	-	-	16		12	-
Controle de qualidade do ar			1		02	-
VALOR TOTAL ANUAL						-

Condições de pagamento: **28 dias**

Validade da proposta: **60 dias**

Prazo de entrega: **10 dias**

Conta Corrente Banco do Brasil - Ag: C/C:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

Declaramos total concordância com os termos da Resolução USP nº 8548/2023.

(assinatura e carimbo da empresa)

OBSERVAÇÕES

1. Considerando que os **pagamentos** a serem efetuados pela Universidade de São Paulo deverão ser executados **exclusivamente** em conta corrente do **Banco do Brasil S.A.**, conforme o artigo 6º da Portaria GR nº 8249/2023; as proponentes que não possuírem conta bancária no Banco do Brasil para fins de indicação no campo supracitado, deverão estar cientes que esses dados deverão ser informados pela empresa vencedora da licitação, na qualidade de futura contratada.
2. Os licitantes deverão indicar em suas propostas as marcas e modelos (com os códigos de referência, caso houver) ofertados para o item, de maneira que possibilite a identificação inequívoca dos produtos. Poderá, inclusive, informar link do objeto ou do fabricante que conste sua especificação.
3. Deverão estar inclusos, nos valores da proposta comercial, além do lucro, todas e quaisquer despesas de responsabilidade do proponente que, direta ou indiretamente, decorram do fornecimento do objeto licitado.



ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO

Processo SEI nº 154.00003603/2025-94

Contrato nº 01/2025 – FEA-RP / USP

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO E A EMPRESA [NOME DA EMPRESA] OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE CONDICIONADORES DE AR DA FEA-RP

Ao(s) **DD** dia(s) do mês de **MMM** do ano de **AAAA**, a **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**, por intermédio da **FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE RIBEIRÃO PRETO – USP**, inscrita no C.N.P.J. sob nº 63.025.530/0094-03, localizada na Avenida dos Bandeirantes, nº 3900 – Bairro Monte Alegre – Ribeirão Preto – SP – cep: 14.040-905, neste ato representada por seu diretor, **Prof. Dr. Fábio Augusto Reis Gomes**, por delegação de competência, nos termos da Portaria GR nº 8321/2024 e alterações posteriores, na Universidade de São Paulo, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **[NOME DA EMPRESA]**, CNPJ nº **[CNPJ nº]**, sediada à **[endereço completo]**, representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, demais normas aplicáveis e normativas referidas no presente contrato, vigentes no âmbito da Universidade de São Paulo, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

- 1.3. O objeto do presente instrumento é a contratação de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE CONDICIONADORES DE AR DA FEA-RP**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e Anexo II – Descritivo dos Serviços.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

- 1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.4.1. Edital da Licitação - **PREGÃO** nº 90002/2025 – FEA-RP.
 - 1.4.2. Termo de Referência.
 - 1.4.3. Proposta Comercial datada de [NN/NN/NNNN].
 - 1.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de **01 (um) ano** contados do termo de início dos serviços, prorrogável por **até 10 (dez) anos**, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
 - 2.1.1. O **CONTRATADO** poderá se opor à prorrogação de que trata o subitem acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo **CONTRATANTE** em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.
 - 2.1.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o **CONTRATADO**, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:
 - a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada.
 - b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente.
 - c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que o **CONTRATANTE** mantém interesse na realização do serviço.
 - d) Haja manifestação expressa do **CONTRATADO** informando o interesse na prorrogação.
 - e) Seja comprovado que o **CONTRATADO** mantém as condições iniciais de habilitação.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

- 2.1.3. O **CONTRATADO** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do **CONTRATANTE**.
- 2.1.4. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.1.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.
- 2.1.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o **CONTRATADO** tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.
- 2.1.7. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita às seguintes condições resolutivas:
- a) na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato; ou
 - b) na ausência de vantagem para o **CONTRATANTE** na manutenção do contrato.
- 2.1.7.1. A extinção mencionada neste subitem ocorrerá, apenas, na próxima data de aniversário do contrato, e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contados da correspondente data, mediante comunicação da **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**.
- 2.1.7.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata o subitem anterior ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.



- 2.1.8. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas no item anterior desta cláusula, o **CONTRATADO** não terá direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS **(art. 92, IV, VII e XVIII)**

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

O valor mensal da contratação, apurado de acordo com as quantidades e preços indicados na **CLÁUSULA PRIMEIRA** é de R\$..... (.....), perfazendo o valor total de R\$..... (.....).

- 5.1. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.2. Os pagamentos devidos ao **CONTRATADO** dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.
- 5.3. Caso o **CONTRATADO** seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

O prazo para pagamento ao **CONTRATADO** e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato, observadas as disposições da [Portaria GR nº 8249/2023](#).

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **DD/MM/AAAA**.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do **CONTRATADO**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do índice **IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2.1. Ocorrendo o disposto acima, o(s) valor(es) pertinentes, serão reajustados de acordo com a fórmula a seguir:

$$R = Po . [(IPC / IPCo) - 1]$$

Onde:

R = parcela de reajuste.

Po = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços, ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste.

IPC / IPCo = variação do **IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor**, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

- 7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

- 8.1. São obrigações do **CONTRATANTE**:
 - 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, de acordo com o contrato e seus anexos.
 - 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
 - 8.1.3. Notificar o **CONTRATADO**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
 - 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo **CONTRATADO**, designando o(s) responsável(is) pelo acompanhamento da execução contratual e, ainda, pelos contatos com o **CONTRATADO**.
 - 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 8.1.6. Efetuar o pagamento ao **CONTRATADO** do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
 - 8.1.7. Aplicar ao **CONTRATADO** as sanções previstas na lei e neste Contrato.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.8.1. A Administração terá o prazo **de 05 (cinco) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo **CONTRATADO** no prazo máximo de **20 (vinte) dias**, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, se for o caso.
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo **CONTRATADO** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do **CONTRATADO**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

- 9.1. O **CONTRATADO** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do **CONTRATADO** poderá ser recusada pelo **CONTRATANTE**, desde que devidamente justificada, devendo ser designado outro para o exercício da atividade.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

- 9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 9.1.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- 9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 9.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**.
- 9.1.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.1.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

- 9.1.9. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.1.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.1.11. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina, quando aplicável.
- 9.1.12. Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere, quando aplicável.
- 9.1.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, quando aplicável.
- 9.1.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- 9.1.15. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#)).
- 9.1.16. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#)).
- 9.1.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 9.1.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 9.1.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.
- 9.1.20. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is):
- 9.1.21. **Blocos A, B1, B2, C1 e C2**, situados na sede da Contratante
 - 9.1.22. **Casa 09 e sua edícula; casa 10; e casa 11 e sua edícula**, situadas na Rua das Paineiras deste Campus Universitário
- 9.1.23. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE**, de agente público que desempenhe(ou) função na contratação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

- 11.1. Observadas as disposições da [Resolução USP nº 8548/2023](#), que integra este Contrato, e cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.leginf.usp.br>, comete infração administrativa o **CONTRATADO** que praticar quaisquer das hipóteses previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021](#), em especial:



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato.
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- c) dar causa à inexecução total do contrato.
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. O **CONTRATADO** que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal e da extinção do instrumento contratual, resguardado o direito à ampla defesa, às seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- ii. **Multas**, aplicadas e calculadas nos termos da [Resolução USP nº 8548/2023](#).
- iii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.2.1. A aplicação das multas será de acordo com o estabelecido na [Resolução USP nº 8548/2023](#):



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

- a) A multa cominatória, que tem por finalidade compelir o **CONTRATADO** ao cumprimento de obrigação acessória descumprida, é aplicável quando a infração contratual prejudicar a execução da obrigação principal.
- a.1) A multa cominatória corresponderá a 2% (dois por cento) acrescida na seguinte proporção, conforme perdure o descumprimento:
- I. até o 30º (trigésimo) dia – 0,1% (um décimo por cento) ao dia.
 - II. a partir do 31 (trigésimo primeiro) dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.
- a.2) A multa cominatória será calculada com base no valor contratado dos bens fornecidos ou serviços prestados/realizados no período de medição em que se verificou a infração, e não poderá exceder a 30% desse valor.
- b) A multa moratória é aplicável quando o **CONTRATADO**, sem motivo justificado previamente, der causa ao descumprimento do prazo de entrega ou execução.
- b.1) A multa moratória, calculada sobre o valor da obrigação cumprida em atraso, será de 2,0% (dois por cento) acrescida na seguinte proporção, conforme perdure a mora:
- I. Até o 30º (trigésimo) dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.
 - II. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia – 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia.
- b.2) A multa moratória não excederá a 30% (trinta por cento) da obrigação cumprida em atraso e a sua aplicação não impedirá que a Administração a converta em multa por inexecução e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na [Resolução USP nº 8548/2023](#).
- c) A multa por inexecução total ou parcial do contrato, no importe de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação não cumprida, será aplicada quando for imputável ao **CONTRATADO** a responsabilidade pela



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

inexecução do contrato nas condições pactuadas e não houver interesse no recebimento da obrigação em mora.

- 11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
 - 11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
 - 11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
 - 11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis (art. 26, alínea “b” – [Resolução USP nº 8548/2023](#)), a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):
 - a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - b) as peculiaridades do caso concreto.
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
 - d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).
- 11.8. A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).
- 11.10. As multas devidas pelo **CONTRATADO** poderão ser compensadas com pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ainda quando resultantes da execução de outro contrato, e/ou descontadas da garantia do respectivo contrato ou, quando for o caso, a Administração efetuará a cobrança judicialmente (art. 11 – [Resolução USP nº 8548/2023](#)).
- 11.11. As multas e demais débitos não pagos pelo **CONTRATADO** são passíveis de registro no **CADIN** Estadual, mediante prévio procedimento administrativo, observado o contraditório e a ampla defesa, em consonância com o disposto na [Portaria GR nº 6723/2016](#).
- 11.12. O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade nos seguintes sistemas:



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

- 11.12.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>).
- 11.12.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>).
- 11.12.3. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções - (<http://www.esancoes.sp.gov.br>).
- 11.12.4. Sistema Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

- 12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
 - 12.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
 - 12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do **CONTRATADO** pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
 - 12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), assegurados o contraditório e a ampla defesa.
 - 12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).
 - 12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Relatório dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

12.3.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado de São Paulo deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade: 81 – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto
- II. Fonte de Recursos: Tesouro
- III. Programa de Trabalho: 12 - 122 - 4807 - 6351.
- IV. Elemento de Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – PJ.
- V. Nota de Empenho:

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

- 15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 15.2. O **CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do órgão jurídico do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

- 16.1. Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial do órgão na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO ([art. 92, §1º](#))

- 17.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo em uma das varas da Fazenda Pública, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

Ribeirão Preto ___ de _____ de 2025

Prof. Dr. Fábio Augusto Reis Gomes
Diretor – FEA-RP / USP

Representante legal do **CONTRATADO**

TESTEMUNHAS:

1-

2-



ANEXO V – ORIENTAÇÕES SOBRE A RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA

Em razão da publicação da IN RFB nº 2.145/2023, que alterou a IN RFB nº 1.234/2012, a Universidade de São Paulo, na condição de Autarquia Especial do Governo do Estado de São Paulo, deverá realizar a retenção na fonte do valor correspondente ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza incidente sobre rendimentos pagos às pessoas jurídicas contratadas para fornecimento de bens e prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, observadas as disposições da Lei nº 9.430/1996, do Decreto nº 9.580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda) e da Portaria Conjunta CGE/CAF nº 01/2023.

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023

Por decorrência, será de exclusiva responsabilidade da pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço destacar no documento fiscal a alíquota a ser descontada, observadas as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012 e a coluna “IR (02)” do Anexo I da mesma Instrução ou, quando amparados por isenção, não incidência ou alíquota zero, destacar o enquadramento legal do benefício no respectivo documento fiscal, sob pena de a retenção do Imposto sobre a Renda (IR) ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou do serviço.



ANEXO VI – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

(redação dada pela Resolução nº 11/2021)

CONTRATANTE:

CONTRATADO:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

OBJETO:

Pelo presente **TERMO**, nós, abaixo identificados:

1. Estamos **CIENTES** de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico.
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP.
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil.
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela **CONTRATANTE** e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s).
- e) é de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** manter seus dados sempre atualizados.

9. Damo-nos por **NOTIFICADOS** para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação.
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA:

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:

CPF:



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 – FEA-RP / USP

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pela **CONTRATANTE**:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

Pela **CONTRATADA**:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS:

Tipo de ato sob sua responsabilidade:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____



USPAssina - Autenticação digital de documentos da USP

Registro de assinatura(s) eletrônica(s)

Este documento foi assinado de forma eletrônica pelos seguintes participantes e sua autenticidade pode ser verificada através do código GQSQ-54I3-VKJI-V5JB no seguinte link: <https://portalservicos.usp.br/iddigital/GQSQ-54I3-VKJI-V5JB>

Sergio Henrique Salles Paschoal

Nº USP: 2261941

Data: 07/05/2025 13:58

Fabio Augusto Reis Gomes

Nº USP: 8902056

Data: 07/05/2025 14:25